

LEONARDO BRUNI E O SEU PROJETO POLÍTICO DE TRADUÇÃO¹

LEONARDO BRUNI AND HIS POLITICAL PROJECT OF TRANSLATION

Fabrina Magalhães Pinto²

Endereço Profissional: Universidade Federal Fluminense
UFF (PUCG) Departamento de História, *Campus* de Campos dos Goytacazes – RJ.
R. José do Patrocínio, 71, Bairro Centro.
CEP: 28010-385
Campos dos Goytacazes – RJ.
E-mail: fabrinamagalhaes@gmail.com

RESUMO: As traduções brunianas de Aristóteles abriram as portas para novas traduções no século XV, impulsionando na Itália um renovado interesse em traduzir e retraduzir o estagirita, de maneira que até final do século quase todo o corpus havia sido traduzido novamente para o latim. Houve muitas razões para que isso ocorresse, históricas e filológicas. E, por essa razão, buscamos compreender nas escolhas brunianas da sua tradução latina da *Política*, que não seguiram a técnica de tradução palavra por palavra utilizada pelos medievais, como o autor inova não apenas na arte da tradução, mas também na elaboração no *Quattrocento* de uma nova linguagem política que se desenvolve em paralelo com uma nova forma de se interpretar os antigos.

Palavras-chave: Leonardo Bruni. Humanismo. Renascimento. Tradução.

ABSTRACT: The Brunian translations of Aristotle opened the door for new translations in the fifteenth century, spurring in Italy a renewed interest in translating and retranslating the Stagyrian, so that by the end of the century almost the entire corpus had been translated back into Latin. There were many reasons for this, historical and philological. And, for this reason, we seek to understand in the Brunian choices of his Latin translation of the Politics, which did not follow the word-for-word translation technique used by the medieval, how the author innovates not only in the art of translation, but also in the elaboration in the Quattrocento of a new political language that develops in parallel with a new way of interpreting the ancients.

Keywords: Leonardo Bruni. Humanism. Renaissance. Translation.

Introdução

De origens limitadas em Pádua, em inícios do século XIII, os estudos humanistas antes localizados nas mãos de poucos homens se transformaram em um movimento cultural e educacional que expandiu suas fronteiras para além da Itália e influenciou toda a Europa

¹ Este texto, com algumas modificações e ampliações, é parte do projeto de pós-doutorado intitulado *Humanismo, Republicanismo e liberdade no Quattrocento italiano: uma análise das obras políticas e literárias de Leonardo Bruni*, aprovado com bolsa pelo CNPq, em junho de 2022, sob a supervisão de Carlos Eduardo Ornelas Berriel.

² Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (PUCG).

por muitos séculos. Escritores como Petrarca, Leonardo Bruni, Lorenzo Valla e Erasmo se tornaram famosos pelo seu domínio inigualável de línguas e escritos da Antiguidade greco-romana. A partir deles os textos antigos foram traduzidos tendo como base um latim correto (que seguia de perto o modelo ciceroniano), a retórica foi reintroduzida como modelo estruturante para as correspondências e textos oficiais, a história tornou-se um saber relevante para a compreensão das vidas e das experiências dos autores do passado, os *studia humanitatis* se tornaram a base da nova educação letrada, bem como foram publicadas novas traduções de Platão, Aristóteles, Xenofonte, Luciano, Plutarco, entre tantos outros. Contudo, os estudos e escritos humanistas fizeram mais que mudar a maneira como alguns intelectuais alteraram a forma dos seus discursos. Os humanistas também participaram ativamente da *vita activa*³, ocupando cargos na chancelaria de algumas das principais cidades italianas. E, indo mais além, o humanismo reintroduziu textos que tornaram possível as viagens de exploração, as Reformas e a revolução científica.

Desta forma, teses como a de Paul Oskar Kristeller⁴ ou Jerrold Seigel⁵, que afirmam que o foco das ações humanistas estava localizado no desenvolvimento das disciplinas dos *studia humanitatis* (história, poesia, gramática, retórica e filosofia moral) parecem, segundo Christopher Celenza⁶, muito rigorosas e pouco produtivas se olharmos para as diversas faces deste movimento. Leonardo Bruni (1370-1444)⁷, por exemplo, passou

³ No âmbito da tradição medieval, a *vita activa*, a ação do homem no mundo é rejeitada do ponto de vista do primado de uma *vita contemplativa*, que prescindia, precisamente da ação humana para ser fruída, e que se constitui na única possibilidade da experiência da liberdade, quando o homem se vê diante da verdade eterna de Deus que existe em si, e por si só, e que o engloba em sua objetividade absoluta. Mas, se na Idade Média a *vita activa* se restringia ao domínio da necessidade, reapareceria nos séculos XV e XVI europeus em seu significado original, ou seja, como expressão da liberdade humana, da realização de sua dignidade mais alta. Na época do Renascimento, o valor do homem era resgatado com a cultura Antiga, e o mundo mais e mais se abria para o exercício pleno de sua ação. A opção pela *vita activa* em seu sentido de afirmação da liberdade positiva do homem no mundo caracteriza de forma ampla o humanismo, e se localiza na própria forma como os eruditos humanistas se debruçavam sobre os textos Antigos, numa relação de alteridade essencial, que pressupunha o diálogo, possibilitado pelo desenvolvimento das técnicas de crítica filológica. Ver: GARIN, Eugênio. *Ciência e vida civil no Renascimento*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996, p. 45; BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 76.

⁴ KRISTELLER, Paul Oskar. *Renaissance Thought and its Sources*. New York: Columbia University Press, 1979.

⁵ SEIGEL, Jerrold E. 'Civic humanism' or Ciceronian rhetoric? The culture of Petrarch and Bruni. *Past & Present*, v. 34. n. 1, p. 3-48, 1966.

⁶ CELENZA, Christopher S. *The Lost Italian Renaissance: Humanists, Historians and Latin Legacy*. Baltimore. Johns Hopkins University Press, 2004.

⁷ Leonardo Bruni, enquanto humanista e chanceler de Florença (por um primeiro momento entre 1406 e 1411 e, depois, de 1427 a 1444 – ano de sua morte) traduziu obras importantes do pensamento político – como a *Política* de Aristóteles – e escreveu outras tantas que, como vem sendo demonstrado pela literatura especializada, foram fundamentais para o pensamento político e cultural do *Quattrocento* italiano. Lançando mão de um amplo conhecimento da cultura clássica, bem como de conceitos e formulações teóricas a respeito da política e da República, seus textos tiveram grande sucesso dentro e fora da península itálica, e representam o processo de racionalização e secularização da política em inícios da modernidade. Para maiores informações sobre a vida e obra de Bruni, ver: CILIBERTO, Michele. (org.). *Enciclopedia Italiana. Ottava appendice. Il contributo italiano alla storia del pensiero*. Filosofia, Roma 2012, 85-94.

grande parte da sua carreira traduzindo obras de Aristóteles e de Platão, ação esta que estaria distante, portanto, do ensino dos *studia humanitatis*. Além disso, é de fundamental importância a sua participação também na chancelaria de Florença, e na elaboração de uma linguagem política própria da Renascença⁸.

Que Leonardo Bruni, chanceler da república de Florença, tradutor e historiador, ocupou um lugar central no republicanismo italiano do século XV, este é um ponto já atestado por uma geração de especialistas⁹ que tiveram suas pesquisas motivadas, positivamente ou não, pelo trabalho precursor de Hans Baron, em seu *The Crisis of the early Italian renaissance*, de 1955¹⁰. Foi Baron quem primeiro situou Bruni no centro do movimento que ele iria designar de *humanismo cívico*. Do mesmo modo, segundo o autor, foi notória a ruptura em relação ao pensamento medieval operada pelo humanista na construção de um novo ideário político em inícios da modernidade, calcado em ideais como a liberdade e a *vita activa*. Não poderemos (nos limites deste artigo) dar conta do vasto debate historiográfico que é polarizado por essas duas vertentes: uma que defende a ruptura e a outra que defende a continuidade entre o pensamento político medieval e aquele desenvolvido pelos chanceleres florentinos no *Quattrocento*¹¹. Essa discussão vem

⁸ Seguindo o caminho de uma ruptura entre o pensamento medieval, escolástico, e o humanista, abordagens recentes como a de Ronald Witt (2000), ressaltam que o estilo do latim dos humanistas se diferenciava dos pensadores e autores medievais, contrariando as teses, por exemplo, de Quentin Skinner (1996). Segundo este, o estilo gradualmente transitou entre os gêneros literários e culminou em mudanças na oratória em inícios do século XV. Ver: WITT, Ronald G. *In the Footsteps of the Ancients: The origins of Humanism from Lovato to Bruni*. Leiden: Brill, 2000; SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

⁹ Conferir em: FUBINI, Riccardo. *Storiografia dell'umanesimo in Italia da Leonardo bruni ad Annio da Viterbo*. Roma, 2003; NAJEMY, John. Civic humanism and Florentine politics. In: HANKINS, James (Org.). *Renaissance Civic Humanism: reappraisals and reflections*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 75-104, 2000; VITI, Paolo. *Opere letterarie e politiche di Leonardo Bruni*. Torino: Unione TipograficoEditrice Torinese, 1996, pp. 568-647; GARIN, Eugênio. (Ed.). *Prosatori Latini del Quattrocento*. Milão-Nápoles: Riccardo Ricciardi Editore, 1952.

¹⁰ Uma nova versão dos três volumes do *The Crisis*, revisada e no formato de volume único, foi publicada pela Princeton Press, em 1966, e é esta edição que está sendo utilizada. Ver em: BARON, Hans. *The crisis of the early Italian renaissance: Civic Humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*. New Jersey: Princeton, 1966 (1955).

¹¹ De acordo com James Hankins, os estudos do historiador Hans Baron sobre o pensamento humanista italiano despertaram um novo interesse pela temática do republicanismo. De modo que, após a publicação do *The crisis* observa-se, em síntese, duas linhas de debate que se formaram em torno dos estudos sobre o humanismo na Itália renascentista. A primeira delas se liga ao conceito do humanismo cívico, cunhado por Baron e que aponta, sobretudo a partir dos textos políticos do humanista e chanceler Leonardo Bruni (1427-1444), um movimento de ruptura entre o pensamento político medieval e aquele gestado no século XV. A segunda tese se desenvolve a partir da ideia de continuidade, seja entre as convenções retóricas medievais e humanistas – conforme o argumento que se desenvolve a partir de P. O. Kristeller (1979) – ou, ainda, na definição de liberdade republicana entre o pensamento político medieval e renascentista – como argumenta Q. Skinner (1996). Ver em: HANKINS, J. The 'Baron Thesis' after Forty Years and Some Recent Studies of Leonardo Bruni. *Journal of the History of Ideas*, v. 56, n. 2, p. 309-338, 1995, p. 309; SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. *Op. cit.*; KRISTELLER, Paul O. *Renaissance Thought and its Sources*. *Op. cit.*

sendo atualizada com primazia nos últimos anos por: Baron (1993)¹²; Celenza (2004)¹³; Garin (1975)¹⁴; Hankins (1995)¹⁵; Pinto, F. M., & Moretti, M. T. (2021)¹⁶; Witt (2000)¹⁷.

Pretende-se aqui tanto apresentar a validade e atualidade da tese da ruptura – que vem sendo duramente questionada ao longo dos anos – como, a partir daí, dar prosseguimento à própria ideia de ruptura, indicando pontos específicos em que ela pode ser apreendida através da análise da obra bruniana. Concordamos, portanto, com Baron (1966, 1993), Eugênio Garin (1965, 1996), Vasoli (1961-1962), Paolo Vitti (1996), G. Witt (2000), Fubini (2003), que no século XV tem-se o padrão mais completo da Renascença, resultado de processos de rupturas e de mudanças dentro das ideias humanistas. Para eles, as ameaças milanesas no *Quattrocento* forçaram ou pelo menos inflamaram a reunião do movimento humanista (em ascensão em Florença no período) e a cultura política da cidade, gestando assim o processo por ele chamado de “humanismo cívico”. Este movimento ganha tanta força que as ideias elaboradas em Florença – que só poderiam existir no ambiente propício ao cultivo da *libertas* – se espalham por toda a Itália promovendo uma mudança na perspectiva histórica¹⁸. Não há dúvidas de que Brunni avança consideravelmente na elaboração dos contornos do republicanismo, demarcando teoricamente os valores políticos em suas obras. Nesse sentido, o seu *Elogio da cidade de Florença (Laudatio florentinae urbis)*¹⁹, de 1403-1404, representa um ponto de inflexão nessa direção. Este esforço inicial é desenvolvido na sequência por uma série de outros escritos como: a *Oração fúnebre para Nanni Strozzi (Oratio in funere a Iohannis Strozzi, de 1427)*, o *De Militia (Da Milícia)* e a *Constituição do povo florentino*, nos quais ele acrescenta e aprofunda novos elementos que não estavam presentes no texto inaugural da *Laudatio*: sobretudo em relação aos ideais de governo misto e de uma maior participação popular no governo de Florença.

¹² BARON, Hans. *En busca del Humanismo Cívico florentino: ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval ao moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

¹³ CELENZA, Christopher S. *The Lost Italian Renaissance: Humanists, Historians and Latin Legacy*. *Op. cit.*

¹⁴ GARIN, Eugenio. *Italian Humanism: Philosophy and Civic life in the Renaissance*. Westport, CT: Greenwood Press, 1975.

¹⁵ HANKINS, James. The ‘Baron Thesis’ after Forty Years and Some Recent Studies of Leonardo Brunni. *Journal of the History of Ideas*. *Op. cit.*

¹⁶ PINTO, Fabrina. M., & MORETTI, Matheus T. A historiografia do Humanismo cívico e o pensamento político de Leonardo Brunni. *Revista Cantareira*, (34), 2021, pp. 565-585. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/42912/2809>. Acesso em 20/08/2022.

¹⁷ WITT, Ronald G. *In the Footsteps of the Ancients: The origins of Humanism from Lovato to Brunni*. *Op. cit.*

¹⁸ BARON, Hans. *The crisis of the early Italian renaissance: Civic Humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*. *Op. cit.*, p. 61.

¹⁹ Estamos utilizando aqui a edição bilingue latim-português da *Laudatio* publicada na *Revista Morus* e organizada por Fabrina M. Pinto e Alexander Carvalho. Ver: LEONARDO BRUNNI ARETINO. *Elogio da cidade de Florença*. Tradução e análise Fabrina Magalhães Pinto e Alexander Viana. *Revista Morus*, v. 11. n. 2, p. 245-335, 2016. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/292>. Acesso em: 08/03/2022.

Dito isso, nosso objetivo nesse artigo se detém em mostrar outros pontos de corte com a tradição medieval²⁰. O que destacamos é o surgimento no *Quattrocento* de uma nova linguagem política que se desenvolve em paralelo com uma nova forma de se interpretar os antigos. Neste campo, em especial, se trata de uma ruptura de fato, ou seja, a instauração de uma tradição de estudo estável e frutífera do grego no centro e no norte da Itália, que não difere apenas das comunidades de língua grega do Sul da Itália e da Sicília, mas que rompe igualmente com o interesse intermitente pelo grego, ligado a algumas personalidades ou a objetivos particulares do resto da Itália durante a baixa Idade Média.

Já nas suas primeiras obras Leonardo Bruni denuncia implicitamente as formas corrompidas da transmissão da língua grega durante a Idade Média²¹. E, como propõe Eugenio Garin²², as traduções brunianas abriram as portas para novas traduções no século XV, impulsionando na Itália um renovado interesse em traduzir e retraduzir Aristóteles, de maneira que até final do século quase todo o corpus havia sido traduzido novamente para o latim. Houve muitas razões para que isso ocorresse, históricas e filológicas²³. Mas será que a reposta às traduções brunianas de Aristóteles poderiam ser dadas apenas pelo contexto e, sobretudo, pela chegada em Florença de professores da língua grega, como Emanuel Crylosoras? Ou então, elas poderiam ser resolvidas apenas pela disputa filológica com as

²⁰ Não estamos falando aqui, obviamente, de um rompimento absoluto com o passado medieval, afinal, nas artes, nas crenças, na religião, no reconhecimento da autoridade dos antigos e em uma série de outros valores a tradição se mantém na Renascença. Não estamos defendendo tampouco um renascer das artes e das letras em oposição às trevas medievais, como afirmara o próprio Bruni em seus *Comentarius (rerum suo tempore gestarum commentari)*, escritos entre 1440 e 1441. Os medievalistas e a historiografia moderna já deixaram para trás tais questões.

²¹ Além disso, as aproximações de Bruni com a Antiguidade não tratam apenas de traduções, comentários, nem estudos, mas de uma imitação destinada a “recriar” o texto, trazendo-o de volta ao presente. E o humanista fez isso não apenas com Elio Aristides (autor da segunda sofística e seu modelo na *Laudatio*), mas ousou fazer também com Aristóteles. Sobre a influência do sofista Aristides em Bruni, ver: PINTO, Fabrina M. “Retórica e Política no Humanismo Renascentista: reflexões sobre a *Laudatio Florentinae Urbis*, de Leonardo Bruni”. In: *Ensaio Interdisciplinares sobre o Renascimento Italiano*. Organizadores: Alexandre Ragazzi, Patrícia D. Meneses, Tamara Quírico. São Paulo: Editora Unifesp, 2017, p. 163-187. Em relação ao novo tratamento de Aristóteles na Renascença, ele foi aplicado pela primeira vez por Leonardo Bruni. Ao preparar as versões da *Ética*, da *Política* e dos *Econômicos*, o autor sabia muito bem que estas obras estavam disponíveis em traduções latinas anteriores que poderiam ser facilmente encontradas. Suas novas versões destas obras empregaram princípios de traduções diferentes daqueles usados pelos medievais, tal como explica em seus prefácios do *De interpretatione recta*, de 1420. Assim, em suas novas versões não haveria a necessidade introduzir transliterações de palavras gregas ou neologismos medievais, que considerava bárbaros. LEONARDO BRUNI ARETINO. *De interpretatione recta*, In: PRADELLE, Laurence Bernard. *Histoire, Éloquence et Poésie à Florence au début du Quattrocento*. Textes choisis, édites et traduits par Laurence Bernard-Pradelle. Paris: Honoré Champion, p. 613-680, 2008.

²² GARIN, Eugênio. “Le traduzioni umanistiche di Aristotele nel secolo XV”, *Atti dell’Accademia Fiorentina di scienze morali “La Colombaria”*, n. 8 (Florença), pp. 50-104, 1950, p. 64-65.

²³ Na Itália estavam chegando grandes quantidades de novos e dos melhores códices gregos (e muitos deles eram de Aristóteles), e junto com eles, chegavam também especialistas não apenas na língua grega, como também na filosofia aristotélica. Podemos citar Argyropoulos, Bessarion, Theodoro de Gaza, Trapezuntius. Do mesmo modo, o sistema de patronato também atraía muitos destes sábios. E Florença era um polo cultural e artístico em pleno desenvolvimento neste período. Além disso, um novo público culto, com gostos humanistas e com dinheiro suficiente para adquirir tais textos era mais um incentivo a disseminação de novas traduções. SCHMIDT, James A. Raven with a halo: the translation of Aristotle’s *Politics*. In: *History Political Thought*, v. VII. Summer, 1986, p. 85.

traduções medievais, e sobretudo aquela mais conhecida, realizada por Guilherme Moerbeck? É certo que existia, em inícios do Renascimento, uma enorme curiosidade em relação aos textos gregos que ficaram por tanto tempo obscurecidos pela não compreensão da língua. O desejo de conhecer melhor os mestres da retórica e da filosofia política, tantas vezes narrados por Cícero, deu início a uma jornada florentina – impulsionada pelo chanceler Coluccio Salutati e seu grupo de humanistas - por novas ou corretas traduções de autores como Platão, Demóstenes e Aristóteles.

É sobre esse momento tão criativo nas artes e nas letras da cidade de Florença que almejamos nos debruçar, período este – como diz Garin, de importância universal²⁴. Se, portanto, os humanistas celebram tanto os livros antigos, as bibliotecas, os textos redescobertos e os vocábulos, as letras humanas são exaltadas porque são responsáveis pela formação do homem em sua dignidade mais plena. Se a escolástica havia criado um abismo entre a palavra e a coisa, os humanistas buscaram justamente reunir *res* e *verba*, pensamento e palavra. Assim busca-se, nesse artigo, mais especificamente, compreender as escolhas brunianas na sua tradução latina da *Política*, que não seguiram a técnica de tradução palavra por palavra utilizada pelos medievais, pois tratou de transpor frases inteiras e orações gregas à construções latinas adequadas que seguiram a ordem das palavras e a estrutura do latim antes do grego.²⁵

Desde o início de sua carreira Leonardo Bruni²⁶ fez parte do círculo de alunos organizado e mantido pelo então chanceler florentino Coluccio Salutati, publicando sob os seus auspícios os seus primeiros trabalhos: o *Elogio da cidade de Florença (Laudatio florentinae urbis*²⁷) e um diálogo sobre o estado da cultura na cidade em inícios da

²⁴ GARIN, Eugenio. Il Rinascimento italiano. In: *Interpretazioni del Rinascimento*. Roma: Edizioni de Storia e Letteratura, 2009, p. 75.

²⁵ SCHMIDT, J. A. Raven with a halo: the translation of Aristotle's Politics. *Op. cit.*, p. 83.

²⁶ Leonardo Bruni, assim como Coluccio Salutati (1331-1406), teve a política como objeto de estudo e prática de vida. Enquanto humanista e chanceler de Florença (por um primeiro momento entre 1406 e 1411 e, depois, de 1427 a 1444 – ano de sua morte) traduziu obras importante do pensamento político – como a *Política* de Aristóteles – e escreveu outras tantas que, como vem sendo demonstrado pela literatura especializada, foram fundamentais para o pensamento político e cultural do *Quattrocento* italiano. Lançando mão de um amplo conhecimento da cultura clássica, bem como de conceitos e formulações teóricas a respeito da política e da República, seus textos tiveram grande sucesso dentro e fora da península itálica, e representam o processo de racionalização e secularização da política em inícios da modernidade. Para maiores informações da vida e obra de Salutati e Bruni, ver: HANKINS, J. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. In: CILIBERTO, Michele. (org.). *Enciclopedia Italiana. Ottava appendice. Il contributo italiano alla storia del pensiero. Op. cit.*, p. 85-94.

²⁷ Para a tradução da *Laudatio* em português, bem como a análise do texto ver: PINTO, Fabrina M. LEONARDO BRUNI ARETINO. *Elogio da cidade de Florença. Op. cit.*

modernidade (*Dialogi ad Petrum Paulum Histrum*²⁸, escrito entre 1403 e 1406). O primeiro é um panegírico louvando a cidade por seus princípios ideais, seja na sua história, sítio ou situação política, que fora elaborado e inspirado a partir do *Panatenaico*, de Elio Aristides²⁹, autor da segunda sofística que glorifica Atenas. O segundo é um diálogo escrito à maneira de Cícero, exaltando Florença a partir das suas características literárias.

Contudo, Bruni não poderia ter começado esse projeto de estudo dos gregos, tradução e escrita de diversos ensaios, sem a chegada em Florença do professor de grego e sábio bizantino Manuel Crysoloras. À convite de Salutati, Crysoloras ensina a língua grega para um seleto grupo de jovens humanistas e Bruni inicia os estudos em 1398, publicando já em 1403 as suas primeiras traduções. A tradução das obras de Aristóteles nos interessa em particular. Bruni traduz a *Ética a Nicômaco* em 1417 e a *Política* em 1438. Além disso, nos 10 anos em que ocupou o cargo de secretário papal em Roma (de 1405 a 1415), o que chama atenção na carreira do humanista é justamente a sua dedicação à tradução e publicação de 12 obras de Xenofonte, Plutarco, Demóstenes, Ésquilo e Platão, ou seja, obras que ele queria tornar conhecidas ao círculo humanista. De volta à Florença, trabalha quase que prioritariamente com um único autor: Aristóteles, que já é traduzido e bem conhecido também no período medieval, e também figura como um dos modelos para os humanistas do *Quattrocento*. Seu objetivo é, portanto, aprimorar a tradução de um dos autores mais importantes da Antiguidade, e, como ele mesmo diz em sua *Vita Aristotelis (1429-1430)*³⁰, se dedicar mais aos seus textos morais e políticos, menos conhecidos até então (Bruni, *Vita Aristotelis*, § 35).

A hipótese, portanto, que pretendemos desenvolver é a de que existe no autor um projeto político de tradução e divulgação da língua e cultura grega associado ao seu trabalho de chanceler florentino, historiador e defensor dos valores republicanos. A nossa pergunta aqui não é apenas por que traduzir a *Política* novamente, mas analisar a necessidade de tornar conhecido um léxico republicano específico para seus contemporâneos no *Quattrocento*. Sobre a tradução de Bruni da *Política* de Aristóteles, afirma Jerrold Seigel:

²⁸ *Diálogos a Pier Paulo Vergerio* foi traduzido para o português por Newton Bignotto. Ver: BIGNOTTO, Newton *Origens do Republicanismo Moderno*. Op. cit.

²⁹ Para mais desdobramentos da influência de Aristides, bem como os argumentos e as estratégias adotadas por Bruni na obra em questão, ver: PINTO, Fabrina M. LEONARDO. LEONARDO BRUNI ARETINO. *Elogio da cidade de Florença*. Op. cit.

³⁰ Estamos seguindo a tradução realizada por Bernard-Pradelle: LEONARDO BRUNI ARETINO. *Vita Aristotelis*. In: PRADELLE, Laurence Bernard. *Histoire, Éloquence et Poésie à Florence au début du Quattrocento*. Textes choisis, édites et traduits par Laurence Bernard-Pradelle. Paris: Honoré Champion, 2008, p. 809-856.

Não é verdade que Bruni considerava a *Política* como especialmente relevante para a *vida republicana*, ou que ele foi inspirado a traduzir esse trabalho levado por senso de compromisso em relação à política florentina. Pois Bruni enviou cópias de sua tradução com dedicatória para o Papa Eugenio IV e o rei de Aragão. [...] O que Bruni queria traduzindo Aristóteles? Era exibir aquela “torrente dourada da eloquência”, que Cícero louvava nas obras gregas, mas que os escritores medievais tinham obscurecido. [...] Bruni traduziu Aristóteles para mostrar que também o Filósofo partilhava da devoção humanista à retórica [...] tratou essas traduções, como outros escritos seus, como parte de sua campanha da cultura retórica dos *studia humanitatis*. [...] Pois se Bruni admitia atitudes morais apropriadas para a vida comum dos homens da cidade, ele o fez somente porque essas atitudes estavam em harmonia com as tarefas da prática de orador.³¹

O que desejamos ressaltar é justamente o contrário do que propõe Jerrold Seigel que afirma: em Bruni não se pode destacar o “senso de compromisso em relação à política florentina”. Pelo contrário, há no humanista um projeto político/pedagógico que pode ser bem observado se olharmos com atenção algumas de suas obras em conjunto, sobretudo o *De Interpretatione Recta* (1424-1426)³², o *De studdis e litteris liber* (1422-1426) e a sua tradução latina da *Política*.

Logo após uma breve introdução em seu *De Interpretatione Recta*, Bruni passa a apresentar os defeitos do precedente tradutor medieval da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, que teria desfigurado o trabalho do estagirita. Como indica Pradelle³³ e Hankins³⁴, o tradutor que Bruni critica não é - como diz Baron - Guilherme Moerbeke, e sim, mais provavelmente Robert Grosseteste³⁵. Antes de Moerbeke (que traduziu a *Política* de Aristóteles após ter se dedicado à *Ética a Nicômaco*³⁶), já Roberto Grosseteste se

³¹ SEIGEL, Jerrold E. ‘Civic humanism’ or Ciceronian rhetoric? The culture of Petrarch and Bruni. *Past & Present*, *Op. cit.*, p. 27-28.

³² A *De Interpretatione Recta* foi dedicada a Berto di Antonio Aldobrandini, chanceler da República de Siena (que aparece na dedicatória do texto de Bruni como Bertum Senesem), e que Bruni encontra em maio de 1426. Segundo Bernard-Pradelle (*Histoire, Éloquence et Poésie à Florence au début du Quattrocento. Op. cit.*, p. 615), outra indicação de que o texto provavelmente foi escrito entre 1424-1426, é que ele não poderia ter concluído o seu método de tradução antes do seu prefácio à tradução do *Fedro*, de 1424, onde o humanista afirma ter decidido ignorar as críticas ao seu método de tradução (*Ibidem*, p. 615). Trata-se de uma defesa das escolhas linguísticas e lexicais feitas por ele em suas traduções, e também uma crítica aos tradutores anteriores, sobretudo àqueles que preferiam não ater-se ao texto que estavam traduzindo, e assim, segundo Bruni, acabavam por arruinar a beleza dos textos que traduziam e passavam aos leitores de suas traduções uma ideia errada dos autores dos textos traduzidos. Para a tradução do *De Interpretatione Recta* para o português ver: AMBRÓSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *Revista Morus*, 2016, volume 11, n. 2, pp. 337-370.

³³ PRADELLE, Laurence Bernard. *Histoire, Éloquence et Poésie à Florence au début du Quattrocento. Op. cit.*, p. 659.

³⁴ HANKINS, James. (Org.). *Renaissance Civic Humanism: reappraisals and reflections. Op. cit.*, p. 370.

³⁵ Segundo Hankins e Pradelle, esse antigo tradutor teria Roberto Grosseteste, a figura central do importante movimento intelectual da primeira metade do século XIII na Inglaterra, seu nome alude à sua extraordinária capacidade intelectual. Foi o primeiro estudioso europeu a dominar as línguas grega e hebraica, e sua influência foi bastante significativa numa época em que o novo conhecimento da ciência e da filosofia gregas estava tendo um efeito profundo sobre a filosofia cristã.

³⁶ De acordo com Paulo Butti de Lima, a tradução completa de Guilherme de Moerbeke (1215?-1286) é genericamente datada nos anos sessenta do século XIII, segundo conjecturas baseadas em recepções do texto por autores como Tomás

dedicara à tradução da *Ética a Nicômaco*, devendo, por isso, traduzir o léxico referente aos tipos de governo. Segundo Butti de Lima³⁷, em sua tradução, “Grosseteste deixa então coexistir termos latinos como *rex* ou *regnum* com os neologismos gregos *aristocratia*, *timocratia* e *democratia*”. Dessa forma, Guilherme de Moerbeke reverá a tradução da *Ética* editada por Grosseteste e preparará uma própria versão, sem com isso modificar suas escolhas. Mas é principalmente com a tradução da *Política* que o novo vocabulário latino relativo às formas de governo será inserido em uma ampla reflexão na qual a noção mesma de *política* define o quadro geral. Tomás de Aquino é, em parte, responsável por essa mudança, tendo se servido das traduções de Moerbeke na elaboração de importantes tratados políticos.

Já que Bruni não nomeia diretamente qual é o tradutor alvo das suas duras críticas em seu *De Interpretatione Recta*, podemos questionar a posição de Hankins e Pradelle e nos perguntar qual era a tradução de Aristóteles mais sedimentada e utilizada em inícios do *Quattrocento*: a de Moerbeke ou a de Grosseteste? Essa dúvida não é irrelevante se pensarmos que Bruni teria um projeto político/pedagógico ao traduzir novamente Aristóteles e cuidar para que o seu léxico fosse devidamente compreendido pelos seus contemporâneos. Portanto, se concordamos com a existência desse projeto o humanista certamente criticaria mais severamente a tradução mais utilizada até então. A edição latina de Moerbeke tornou-se praticamente um clássico, sendo reeditada inúmeras vezes ao longo do século XIV. E, a partir da edição de Moerbeke, realizada entre 1266-1268, Tomás Aquino já a utilizou na sequência citando-a em seus trabalhos posteriores³⁸. Com Tomás de Aquino teve início uma longa tradição que recorre a Aristóteles quando se deve refletir sobre a política, ao mesmo tempo em que baseia o poder político no consenso popular e dedica uma particular atenção ao poder monárquico.

Aquino discutiu a *Política* não apenas em um comentário da obra aristotélica, que não foi concluído, mas também na *Suma Teológica* e em um outro tratado incompleto denominado *Do regime dos príncipes (De regimine principum)*. Não era o único, então, a dedicar atenção ao texto político aristotélico, pois nestes mesmos anos Alberto Magno comentava o texto da *Política*. Não muito depois, foram preparadas novas e importantes contribuições políticas: Pedro de Auvérnia retomou e completou o comentário de Tomás, Ptolomeu (Bartolomeu) de Luca completou, de forma original, o *De regimine principum*, João de Paris e Egídio Romano publicaram suas reflexões tomando sempre por base o texto aristotélico traduzido em latim.³⁹

de Aquino e Alberto Magno. Ver: LIMA, Paulo Butti de. *Democracia. A invenção dos antigos e os usos dos modernos*. Niterói: EDUFF, 2021, pp. 27-35.

³⁷ *Idem*, p. 27-35.

³⁸ *Ibidem*, p. 27-35.

³⁹ LIMA, Paulo Butti de. *Democracia. A invenção dos antigos e os usos dos modernos*. *Op. cit.*, p. 28.

No início do século XIV, a autoridade da *Política* de Aristóteles se impôs sobre as mais variadas interpretações da realidade política, sendo o tratado aristotélico retomado nos centros culturais mais importantes da Europa latina. Já a tradução de Grosseteste do texto aristotélico, que não se sabe nem se foi feita uma edição de toda a *Política*, não teve o mesmo sucesso.

De todo modo, retornando ao argumento anterior, sendo Grosseteste ou Moerbeke o alvo das críticas de Bruni, o que nos interessa destacar é que de forma geral os tradutores medievais deturparam Aristóteles, não apenas dificultando a sua leitura pelo uso de expressões equivocadas ou retirando a beleza dos seus períodos, mas, em alguns momentos, alterando completamente o significado do texto. Dessa forma, toda a segunda parte do *De interpretatione* faz duras críticas ao tradutor medieval (que, como dissemos, ele não nomeia) tendo em vista que este compreende mal o grego o que torna a tradução ruim em latim. Bruni ataca, então, tanto o seu mal conhecimento linguístico quanto as suas falhas históricas (sobretudo entre os capítulos 34-49). Sobre esses aspectos e os problemas que uma tradução incorreta podem implicar, ele ressalta já no início de sua obra:

Como eu já traduzira do grego para o latim, os livros de Aristóteles a Nicômaco, acrescentei-lhes um prefácio, no qual, discutindo-os, demonstrei com argumentos os muitos erros do antigo tradutor. Como ouvi, muitos criticaram os meus argumentos como se fossem demasiadamente severos. Eles dizem: embora haja nela erros, todavia ele, pelo tanto que entendeu, de boa-fé o divulgou, por isso não merece repreensão, mas louvor. E ainda que seria costume, para os argumentadores moderados, não revelar tanto assim os erros manifestos, mas argumentar mais com fatos do que atacar com palavras. Eu confesso ter sido um pouco demasiado veemente ao criticá-lo, mas isso aconteceu pelo sentimento de indignação, porque depois de ter visto aqueles livros que em grego são cheios de elegância, de beleza, cheios de um certo inestimável decoro, certamente me condoía e me angustiava ao ver aqueles mesmos livros em latim manchados e desfigurados por tamanha porcaria de tradução. Pois, como se com uma pintura ornadíssima e agradabilíssima de um Protógenes, de um Apeles, ou de um Aglaofontis eu me deleitasse, toleraria com muito sofrimento vê-la deturpada, não poderia suportar isso e me insurgiria contra o deturpador com minha voz e minha mão; assim, vendo aqueles livros de Aristóteles, que são mais elegantes e esplêndidos do que qualquer pintura, serem inteiramente manchados, me torturava e me comovia veementemente. Portanto, se a alguém pareci demasiadamente veemente, saiba que essa foi a causa por ter-me alterado tanto, a qual certamente é tamanha, que ainda que eu tivesse ultrapassado a justa medida, teria uma desculpa que não injustamente concedida.⁴⁰

⁴⁰ LEONARDO BRUNI ARETINO. *De interpretatione recta*, § 1-2. In: AMBRÓSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *Op. cit.*, p. 350.

Uma das primeiras preocupações expressas por Bruni em relação ao antigo tradutor de Aristóteles se detém justamente na exigência tanto de historicizar o filósofo – como ele faz na *Vita Aristoteles* – quanto de destacar a importância de que o tradutor reúna em si os conhecimentos das duas línguas: a grega e a latina.

Que seja então o primeiro cuidado do tradutor saber com muitíssima experiência aquela língua da qual traduz, o que ele nunca conseguirá sem múltiplas, variadas e acuradas leituras de todos os gêneros de escritores. Em seguida, que ele domine a língua para qual quer traduzir, a fim de que, de certo modo, nela reine e a tenha toda em seu poder; assim, quando uma palavra for traduzida por outra palavra, ele não a mendigará ou a tomará em empréstimo, ou a deixará em grego por ignorância da língua latina. Que ele conheça fina e precisamente a força e a natureza das palavras [...] De modo algum seja o tradutor ignaro dos costumes e das figuras de linguagem das quais os grandes escritores se servem, e que ao escrever ele mesmo os imite, e que evite a excentricidade nas palavras e na expressão, sobretudo aquela inepta e bárbara. Todas essas coisas, que dissemos acima, são necessárias. E além disso, que ele tenha ouvidos e o discernimento destes, para que ele próprio não desordene e destrua aquelas coisas ditas de forma elegante e harmoniosa [...]”⁴¹.

Somado a estes pressupostos o tradutor deve ser ainda um orador, conhecedor da *res* e da *verba*. Como bem destaca Ambrósio, “o tradutor precisa também dominar o estilo do autor cuja obra ele está traduzindo, as suas *figurae* e seus *ornati*, e não só dominar as *verba* da língua do autor a ser traduzido e as *verba* da língua para qual ele está traduzindo. O tradutor deve estar em condições de preservar o que está traduzindo”⁴².

E, o fundamental da crítica de Bruni ao tradutor, é que tudo aquilo que foi dito em grego pode ser dito em latim. Aos seus olhos é imperdoável deixar em grego palavras que poderiam muito bem ser traduzidas para o latim (*De interpretatione recta*, § 50-51). Por que deixar um autor da estirpe e relevância de Aristóteles incompreensível aos seus leitores modernos? E aqui, fazemos a ressalva, por que esse descuido justamente com os seus conceitos referentes à vida política e participação dos cidadãos na cidade? O mesmo não ocorreu com as suas obras metafísicas porque eram mais caras à escolástica e foram endossadas pela patrística medieval.

E o que eu deveria dizer das palavras deixadas em grego, que são tão numerosas a ponto de a sua tradução parecer semigrega? E, no entanto, não há nada dito em grego que não possa ser dito em latim. Eu ainda daria vênias em algumas poucas tão estranhas e obscuras que não podem ser traduzidas comodamente em latim; mas deixar em grego aquelas para as quais temos ótimos vocábulos é uma grandíssima ignorância.⁴³

⁴¹ LEONARDO BRUNI ARETINO. *De interpretatione recta*, § 5. In: AMBRÓSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *Op. cit.*, p. 353.

⁴² AMBRÓSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *Op.cit.*, p. 300.

⁴³ LEONARDO BRUNI ARETINO. *De interpretatione recta*, § 50. In: AMBRÓSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *Op. cit.*, p. 368.

A partir do século XIV, a autoridade da *Política* foi amplamente reconhecida. Mas, na pioneiríssima edição latina da *Política* Aristotélica seu primeiro tradutor enfrentou problemas inéditos na história do pensamento político Ocidental. O mais evidente, sem dúvida, reside exatamente no fato de como traduzir palavras gregas que não haviam correspondentes latinos, não sem sentido, as mais importantes para o debate constitucional, que sobrevivem até a atualidade. Traduzir uma palavra como democracia era impor ao mais erudito leitor do latim clássico e vulgar uma expressão absolutamente estranha, sem qualquer significado conceitual ou histórico. Não obstante, diante de tal dificuldade Moerbeke, por exemplo, opta pelo caminho menos semântico e mais literal, qual seja, a simples e direta transliteração dos caracteres gregos para os latinos, tornando grande parte da obra incompreensível até mesmo aos seus melhores leitores. A autoridade do autor forçou imediatamente que o texto fosse respeitado, afinal, não se poderia mais desconsiderar que era Aristóteles o autor das palavras desconhecidas. Isoladamente, esse fato poderia ter menos significado não fosse o consequente uso que foi feito dessa edição. A escolástica, marcada pelos comentários de Tomás de Aquino seguiriam o texto da *Política* de Moerbeke. Assim, o esforço de conciliação entre a superioridade da vida contemplativa exposta desde os evangelhos a partir da obrigação dos súditos em obedecer o comando terreno passou a ter a partir de então a legitimidade do filósofo de estágios. Não é pouco significativo desse modo que nos séculos XIII e XIV o pensamento político medieval tenha sido imiscuído de um vasto vocabulário desconhecido dos autores e dos leitores. A marca católica da superioridade da vida contemplativa em relação à *vita activa* pode então ser corroborada por um texto de cujas palavras não se sabia bem os significados.

A tradução de Guilherme de Moerbeke, finalizada em 1260, provavelmente representa o texto usado pelos autores de comentários latinos posteriores, como Alberto, o Grande (1263-1265) e Tomás de Aquino (1269-1272). Como destaca José Antônio Martins⁴⁴, o tradutor da *Política* se utiliza do mesmo vocabulário político usado por Grosseteste e Alberto, seja para designar as formas de governo: *regnum*, *monarchia*, *aristocratia*, *democratia*, *oligarchia*, *tirannus*, seja os termos derivados de *politica*. Assim, pode-se concluir que, se não foi Moerbeke que criou esses vocábulos políticos, agora latinizados, certamente foi por meio de sua tradução que eles se consolidaram no vocabulário político latino por mais de um século.

⁴⁴ MARTINS, José Antônio. Sobre as origens do vocabulário político medieval. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, n. 3, pp. 51-68, 2011, p. 66.

Somente no século XV apareceu uma nova tradução em latim da *Política*, preparada de um ponto de vista completamente diferente e abertamente polêmico em relação à tradução anterior. Graças a Leonardo Bruni, o texto aristotélico se apresentou sob uma nova roupagem e se difundiu na Toscana dos séculos XV e XVI, contribuindo para fixar novos parâmetros de reflexão política⁴⁵. Bruni dedicou vários anos ao trabalho de tradução da *Política*, que começa a circular a partir do final dos anos trinta do século XV⁴⁶. Um longo intervalo de tempo a separa da tradução das outras duas obras da ‘trilogia’ aristotélica: a *Ética a Nicômaco*, que Bruni preparara entre 1416 e 1417 (dedicada ao papa Martinho V nos anos seguintes) e o *Econômico*, de 1420. Mas o interesse do chanceler florentino pelo tema propriamente político estava claro já nos anos imediatamente sucessivos à tradução da *Ética*.

A empreitada de Bruni em sua audaciosa versão da *Política* foi feita em sentido contrário de Moerbeke. Ao invés de transliterar os vocábulos gregos para os latinos acriticamente, o humanista procura dar sentido àquelas palavras para qualquer erudito médio que as lessem em princípios do século XV. Invertendo a opção de seus predecessores, Bruni privilegia a semântica e com isso, inevitavelmente, impõe ao leitor uma interpretação que é sua. Como aponta Butti de Lima, com “o recurso a uma terminologia política plenamente latina, não se tornava necessário ‘retraduzir’ com termos gregos ou semigregos o vocabulário político presente nos textos latinos”⁴⁷. Acontece, desse modo, uma conjunção mais fácil entre duas tradições de reflexão política, grega e latina”, que, de fato, nunca foram completamente separadas. Bruni procura então estabelecer a familiaridade entre essas duas tradições, e, sobretudo, em relação ao campo de discurso traçado por Aristóteles. Inverte-se, por conseguinte, a perspectiva anterior, em que era premente a obscuridade do texto ‘guia’ da interpretação política. O exemplo principal dado pelo humanista diz respeito aos distintos governos segundo a *Política* aristotélica:

Por que deixar “politeia” (πολιτεία) em grego quando poderias e deverias ter usado a palavra latina “res publica”? Por que em mil passagens colocas “oligarchia”, “democratia”, “aristocratia”, e ofendes os ouvidos dos que te leem com tão inusitados e desconhecidos nomes, quando para todos eles temos ótimos e usadíssimos vocábulos em latim? Pois os nossos latinos disseram “paucorum potentia” (poder de poucos), “popularis status” (“estado” popular) e “optimorum gubernatio” (governo dos optimates).

⁴⁵ Para a tradução de Bruni ver HANKINS, James. Greek Studies in Italy: From Petrarch to Bruni. In: *Petrarca e il mondo greco. Atti del Convegno internazionale di studi* (Reggio Calabria, 26-30 nov. 2001), 2007.

⁴⁶ O *De recta interpretatione*, de 1424\26, inclui passagens do Livro IV e VII da *Política* de Aristóteles. Como destaca Hankins, essas passagens em latim permanecem substancialmente inalteradas quando Bruni publicou a sua tradução da *Política* uma década depois, o que sugere que o humanista havia redigido pelo menos algumas partes do texto já na década de 1420. Ver: HANKINS, James. Greek Studies in Italy: From Petrarch to Bruni. *Op. cit.*, p. 11.

⁴⁷ LIMA, Paulo Butti de. *Democracia. A invenção dos antigos e os usos dos modernos*. *Op. cit.*, p. 47.

Portanto, é melhor dizer assim em latim ou deixar aquelas palavras assim como estão em grego? ⁴⁸.

A partir desse trecho no *De interpretatione recta*, podemos constatar que o esforço de tradução aqui mencionado diz respeito ao próprio texto da *Política*; mais do que à *Ética* (1416-1417), que Bruni há pouco traduzira. Já nesse momento não pode haver nenhum motivo para que se continue a falar de *democracia*. O tradutor estava consciente do que estava em jogo e, por isso, *democracia*, por exemplo, se torna governo popular. *Aristocracia*, governo dos melhores (*optmate*) e assim por diante. Apesar da dificuldade de tradução do texto aristotélico e de alguns problemas encontrados por Bruni, tendo em vista que, a *res publica*, assim como a *politeia*, significará, às vezes, um modo específico de governo, enquanto que outras vezes exprimirá um conceito geral no qual se inclui também a forma monárquica⁴⁹, com ele o vocabulário político se adapta à língua de uso e à realidade política presente, sem a distância criada por termos sentidos como inadequados. Assim, em sua tentativa de fazer uma tradução que superasse as limitações de um texto pouco latino, cuja tradução *verbum a verbo* produzia verdadeiros barbarismos, Bruni faz um texto mais latinizado, ou seja, com um vocabulário de forte inspiração ciceroniana e dos escritores latinos em geral. Nesse sentido, boa parte desses termos transliterados são trocados por termos mais adequados ao latim clássico⁵⁰. O quadro abaixo nos ajuda a compreender melhor as diferenças entre as escolhas dos tradutores.

Moerbeke	<i>Aristocratia</i>	<i>Oligarchia</i>	<i>Democratia</i>	<i>Politia</i>
Bruni	<i>Optimates</i>	<i>Paucurum statum</i>	<i>Popularum statum</i>	<i>Respublica</i>

⁴⁸ LEONARDO BRUNI ARETINO. *De interpretatione recta*, § 50. In: AMBRÓSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. *Op. cit.*, p. 368.

⁴⁹ Para a importância deste esforço de 'tradução' dos conceitos antigos por parte dos pensadores toscanos do século XV no desenvolvimento da ideia de *respublica* ver: HANKINS, James. Exclusivist republicanism and the non-monarchical republic. In: *Political Theory*, 38 (4), 2010, p. 452-482.

⁵⁰ MARTINS, José Antônio. Sobre as origens do vocabulário político medieval. *Op. cit.*, p. 66.

	<i>Governo dos melhores</i>	<i>Governo de poucos</i>	<i>Estado ou governo popular, governo de muitos</i>	<i>gubernatio popularis, ou seja, um sinonimo para popularis status)</i>
--	-----------------------------	--------------------------	---	--

Diante da querela a respeito da ruptura ou continuidade de Bruni em relação ao medievo, há, já nos aspectos aqui destacados algo que possa ser dito. Em primeiro lugar, a necessidade de entendimento conceitual e semântico de Aristóteles expõe a fraqueza do uso escolástico e literário da Idade Média, sobretudo, após a edição de Moerbeke. A transliteração não pode nem deve ser aceita a partir de uma fonte de autoridade, ainda que essa autoridade seja o próprio Aristóteles. Inegavelmente, está embutido aqui um espírito profundamente Renascentista, qual seja, ainda que o texto seja de Aristóteles, é preciso compreendê-lo como se compreende todos os outros textos em idioma corrente, com o vocabulário acessível a todos os letrados. Não que Bruni questione a autoridade aristotélica, mas mesmo ela deve ser compreendida à luz do contexto e do idioma contemporâneo; algo inimaginável para séculos anteriores que apenas repetiam palavras como *politia* e *democratia* sem sequer referenciar seus devidos significados. Fica difícil ainda aceitar na inteireza a interpretação da continuidade medieval ao humanismo pela retórica se o próprio Bruni levanta o problema da eloquência grega desrespeitada pelos tradutores latinos. Ora, sejam quem forem, são tradutores medievais e Bruni sabia disso, isso é, estava consciente de que seu alvo era, mais do que as traduções de Aristóteles, os seus diferentes usos pelo medievo.

Desse modo, ele afirma um arcabouço fundamental para o humanismo na medida em que destina suas críticas ao modo retórico e elogioso com o qual obras da antiguidade eram tratadas no tardo medievo. Mas nem por isso pode-se dizer que a *vita activa* seja superior à *vita contemplativa*. Deve-se ter em voga, antes de mais, que é na superioridade da ação cidadã, fundada sobretudo em Cícero, que se desenvolve o projeto de Bruni pela unidade dos antigos (como afirmam Hans Baron, E. Garin, Virolli, G. Witt, entre tantos outros analistas). Prosseguir a investigação pode nos levar a validar ou questionar a hipótese de que Bruni tenha retirado as palavras intraduzíveis do grego das palavras latinas de Cícero, como parece bem ser o caso. Então, não se pode concluir nada senão que Bruni ciceroniza Aristóteles e o lê em chave fundamentalmente da ação. Não interessa se

esse Aristóteles estava ou não correto, bem feito ou crítico, mas que ele é diametralmente oposto àquele medieval, constando aqui uma ruptura do grande chanceler florentino.

Além disso, para concluirmos, é preciso ressaltar que o projeto de tradução desenvolvido por Bruni, em oposição a Moerbeke, é acompanhado pela convicção de que a filosofia dos antigos, no que diz respeito aos costumes, ao governo dos Estados, ao melhor modo de viver, é praticamente idêntica entre os filósofos pagãos e os pensadores cristãos. Também por esse motivo, o vocabulário grego pode ser completamente traduzido, em lugar de ser apenas transliterado⁵¹. Dissemos até aqui que, com a tradução latina de Aristóteles tem-se a divulgação de um novo léxico político, onde o termo grego *demokratia* se transformou em *democratia*, o grego *politeia* se tornou *politia*, tanto referida a formas de governo em geral, quanto à forma de governo preferida de Aristóteles. Nossa hipótese, portanto, quando falamos de um projeto político de tradução bruniana procurará se desenvolver na seguinte direção: que o vocabulário extremamente hermético que Bruni almeja tornar claro aos seus contemporâneos, ocorre para que a leitura da *Política* não seja feita mais em defesa da Monarquia (como em Thomás de Aquino, Egígio Romano, ou Dante), mas que seja feita em defesa do governo popular (como os exemplos de Brunetto Latini, Ptolomeu de Luca e Marsílio de Pádua que, embasados nos textos aristotélicos, não valorizam a forma de governo monárquica e expressam uma compreensão tendencialmente e tacitamente democrática. Para Marsílio, em seu *Defensor pacis*⁵² (1324), a *politia* corresponde à forma reta da democracia, aquela na qual a participação de todos objetiva o bem comum, respeitando as diversas posições dos vários grupos sociais. Em virtude de tais argumentos, somos diretamente conduzidos ao terceiro livro da *Política*, quando se argumenta a favor do “domínio” popular; domínio este defendido por Bruni anos depois em várias obras, como na *Laudatio*, na *Oratio* e na *História do povo florentino*. Assim, estamos falando de um extenso debate sobre as mais variadas interpretações da realidade política que toma corpo nos séculos XIV e XV, e onde novas traduções e comentários da *Política*, como a de Bruni, ganham um alcance imediato.

Recebido em 16 de setembro de 2022

⁵¹ LIMA, Paulo Butti de. *Democracia. A invenção dos antigos e os usos dos modernos*. Op. cit., p. 57

⁵² MARSÍLIO DE PÁDUA. *O defensor da paz*. Petrópolis. Vozes, 1997.

Aceito em 10 de novembro de 2022